

AÇÃO LIBERAL X REAÇÃO CONSERVADORA E AS REVOLTAS POPULARES

META

Estudar a Regência como período de transição, marcado pela ocorrência de uma série de rebeliões provinciais e pela formação de blocos que deram origem aos primeiros partidos políticos do país.

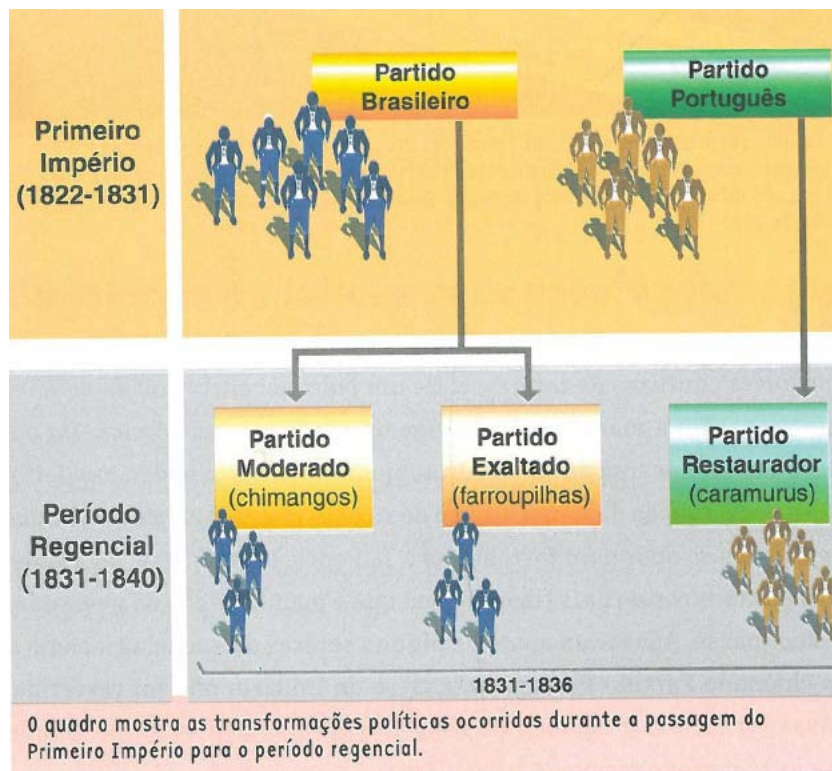
OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar as mudanças na composição dos agrupamentos políticos e sua evolução para organizações partidárias.

Estabelecer relação entre as revoltas provinciais e a disputa pelo controle do poder.

Destacar a participação das camadas populares nas rebeliões.



Ação Liberal x Reação Conservadora e as Revoltas Populares
(Fonte: Costa e Mello, 2008, p.376)

INTRODUÇÃO

Caro aluno. Na aula de hoje vamos estudar o período entre 1831 e 1840, quando o poder foi exercido por Regentes eleitos pela Câmara dos Deputados, por isso chamado período regencial.

Herdeiro do trono desde os cinco anos, Pedro de Alcântara deveria, segundo a Constituição, esperar até os dezoito para começar a governar como imperador. Não foi o que aconteceu. Em 1840, quando ele estava com catorze, teve que assumir precocemente o poder. Diante das dificuldades encontradas pelos governos regenciais para debelar a crise que se instalara no país desde os primeiros tempos da independência, o chamado “golpe da maioria” antecipou sua posse e deu início ao 2º Reinado.

As disputas entre as facções políticas e entre as elites regionais e o poder central, o aparecimento das classes subalternas nas lutas políticas, as dificuldades econômicas por que passava o país, foram alguns dos motivos para a série de revoltas provinciais que revelaram a necessidade de um poder central para conduzir o país ao progresso, mas sem o risco de ruptura da ordem estabelecida.

O BRASIL SOB A REGÊNCIA – 1831 / 1840

Na abertura do capítulo que trata do período regencial e que tem um título bastante sugestivo, *As dificuldades da Regência*, Luiz Roberto Lopez escreve: “A regência pôs em destaque os conflitos que o Brasil vivia e que a Independência, feita à base da conciliação de forças, não permitira que aflorassem no momento da ruptura com Portugal”. (p. 48). Vejamos a que conflitos o autor se refere.

Vago o poder após a abdicação de dom Pedro I, e depois de um curto período de governo de uma Regência provisória, foram eleitos pela Assembleia Geral os membros da Regência Trina que governou o país de 1831 a 1835. Composto por um militar, um deputado representante das províncias do norte e outro representante das províncias do sul, o Conselho regencial entregou o Ministério da Justiça ao padre Diogo Antônio Feijó.

Embora o governo regencial tenha adotado medidas destinadas a por um fim na turbulência que motivou a abdicação, como a readmissão do ministério deposto por D. Pedro I; a anistia dos presos políticos e a suspensão temporária do poder moderador, o vazio do poder, combinado à situação sócio-econômica do país, não eram favoráveis à pacificação pretendida pelos dirigentes.

Politicamente o Brasil continuava organizado como Monarquia, mas não tinha um soberano à frente do governo – o Imperador voltara para Portugal e aqui ficou uma criança de apenas cinco anos, começando a ser preparada para assumir o poder quando completasse a maioria. Por outro lado,

não havia, nessa fase do século XIX, um grupo econômico hegemônico: os grandes proprietários nordestinos ainda gozavam de poder político, mas as dificuldades enfrentadas pelo açúcar enfraqueciam sua liderança no plano nacional, o café era ainda uma promessa, os criadores e charqueadores ainda lutavam pelo controle do poder regional. Enfim, faltava o suporte econômico para assegurar a supremacia nacional de um grupo político.

Como responsável pela “ordem pública”, e considerando o clima de sublevação que dominava o país, Feijó criou logo no início do seu mandato a Guarda Nacional, milícia armada dirigida pelas pessoas mais influentes de cada município, geralmente as mais ricas, que compravam a patente de coronel e assumiam o papel do Estado na garantia da ordem, dos poderes existentes. Usada pelo governo na repressão aos levantes populares, a Guarda Nacional transformou-se no principal instrumento de defesa dos interesses privados dos coronéis.

A GUARDA NACIONAL

Ainda em 1831, a Câmara aprovou uma proposta de Feijó, criando a Guarda Nacional. Formada por pessoas de posses (a Guarda Nacional era recrutada entre os cidadãos com renda anual superior a 200 mil réis, nas grandes cidades, e 100 mil réis nas demais regiões), transformou-se na principal força repressiva da aristocracia rural. O objetivo desse organismo era defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, conservando a obediência às leis, a ordem e a tranqüilidade pública. Assim, reprimiu manifestações populares ou promovidas por exaltados e por restauradores, tendo sufocado rebeliões no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

O comando da Guarda Nacional coube ao então ministro da Justiça, padre Feijó, que se projetou como defensor da ordem pública. A criação da Guarda Nacional fortaleceu as elites locais, que a compunham ou auxiliavam em seu comando. (Costa e Mello, 2008, p. 377).

Outra medida adotada nessa primeira fase da regência com vistas à descentralização do poder foi o Código do Processo Criminal, adotado em 1832, e “que dava plena autoridade judiciária e policial, no nível municipal, aos juízes de paz, normalmente escolhidos entre os grandes proprietários de uma dada região.” (Vicentino e Dorigo, 1998, p. 180). Aqui, chamamos a atenção para o sentido das medidas adotadas pela Regência: a criação da Guarda Nacional e a adoção do Código do Processo Criminal, que era garantir a autonomia dos poderes locais, na expectativa de que a descentralização do poder pudesse ajudar a acalmar os ânimos das elites regionais.

Na mesma direção, mas “visando conciliar as tendências políticas centralizadoras dos moderados e descentralizadoras dos exaltados”, foram as

emendas à Constituição outorgada pelo imperador Pedro II em 1824 e que compuseram o Ato Adicional de 1834. Por ele foram criadas as Assembléias Legislativas provinciais, foi criado o Município Neutro do Rio de Janeiro, suspenso o exercício do poder moderador e do Conselho de Estado e substituída a Regência Trina pela Regência Una. Ou seja, ao mesmo tempo em que concedia poderes às províncias, através das Assembléias Legislativas, o governo regencial conservava o controle sobre o Rio de Janeiro, sede da administração central. E a Regência Una, ao concentrar “o poder político na pessoa de um regente”, atendia ao interesse dos moderados, mas foi também uma medida voltada para os exaltados, na medida em que permitia que “a escolha do regente fosse aberta aos eleitores das províncias, ou seja, os grandes proprietários”. (Vicentino e Dorigo, 1998, p. 183). Outra Iniciativa da regência que contou com agrado geral foi a suspensão do poder moderador e do Conselho de Estado, por serem fortemente associados ao autoritarismo do governo português.

O Ato Adicional completou a série de reformas liberais realizadas pela Regência. Juntas, elas cumpriram um duplo papel: ajudaram, por um lado, a remover uma parcela significativa dos elementos autoritários do Estado imperial – identificados à forte centralização política e administrativa -, e, por outro, a reprimir a oposição exaltada e restauradora – associada à anarquia. Não só os movimentos que marcaram a primeira onda de revoltas regenciais foram todos derrotados, como também diversos periódicos representantes desses dois grupos viram-se forçados a sair de circulação em todo o país, e isto sem falar no grande número de exaltados e restauradores que foram presos ou mortos por conta de suas atividades rebeldes ou panfletárias. Para tanto, a Regência valeu-se, sobretudo, das milícias cívicas que organizou e dos juízes de paz cujos poderes ampliou. (Basile, 1990, p. 228).

Qual o significado das expressões moderados, exaltados e restauradores, usadas nos parágrafos acima? Designativas das facções que deram origem às primeiras agremiações políticas do país, suas composições e propósitos são assim descritos por Basile, mesmo autor citado no parágrafo acima:

Os moderados – cuja base social essencialmente compunha-se, [...] do grupo de proprietários rurais e comerciantes do interior de Minas Gerais ligados ao abastecimento da Corte, associados à políticos oriundos da pequena burguesia urbana e do setor militar – pleiteavam a realização de reformas estritamente políticas, que limitassem o poder do Imperador, assegurando a participação de seus quadros políticos no Governo e garantissem a aplicação, dentro da esfera da ordem, das conquistas políticas liberais já firmadas pela Constituição. Já os exaltados – dotados de uma composição social

bem heterogênea, basicamente constituída por indivíduos oriundos das camadas médias urbanas (pequenos e médios comerciantes, artesãos, funcionários públicos, militares e profissionais liberais) – pretendiam reformas políticas, sociais e econômicas mais amplas, que, se efetuadas por completo, transformariam grande parte da estrutura social brasileira.

[...] Nem todos os exaltados, porém, defendiam todas essas propostas, já que sua identidade ideológica era menos demarcada que a dos moderados; havia aqueles, por exemplo, que se mantinham favoráveis à Monarquia constitucional, ao invés da República, assim como outros não se manifestaram a respeito da escravidão. Mas, por outro lado, havia moderados que simpatizavam com algumas dessas propostas menos radicais, como a extinção do Conselho de Estado, o fim do Poder Moderador ou mesmo a descentralização, desde que preservadas a Monarquia, a ordem social e as estruturas socioeconômicas. No entanto, pode-se dizer que, em linhas gerais, tais idéias constituíam um divisor de águas entre os projetos dos dois grupos políticos.

Além dessas duas, uma terceira facção política não tardou a surgir no início do período regencial: os restauradores ou caramurus. Fortalecendo-se este grupo a partir de 1832, o integravam antigos aristocratas, cortesãos e burocratas do Primeiro Reinado, bem como militares e comerciantes, portugueses de todo tipo. Combatiam duramente o 7 de abril e a Regência moderada, e defendiam uma monarquia fortemente centralizada, a inviolabilidade da Constituição (opondo-se às reformas liberais pleiteadas tanto pelos exaltados quanto pelos moderados) e, em alguns casos (mas não em todos, cumpre frisar), a restauração de dom Pedro I, além de insurgirem-se contra a discriminação racial em relação à negros e pardos e contra as rivalidades entre brasileiros e portugueses.

Todas as três facções valeram-se de associações políticas e da Imprensa como instâncias de ação no espaço público. [...] Mas apenas esses dois instrumentos de luta não eram suficientes para que exaltados e restauradores lograssem alcançar seus objetivos. Aliados do Executivo, em absoluta minoria na Assembléia Geral e cada vez mais combatidos pelos moderados no poder, restava a ambos os grupos de oposição lançar mão de um recurso mais extremado: a ação direta nas ruas. Instigadas, sobretudo, pela pregação revolucionária desenvolvida pelos jornais e pelo aliciamento cotidiano efetuado diretamente nas vias públicas, nos quartéis, teatros, tavernas, boticas e livrarias, uma série de revoltas populares e levantes militares eclodiram em diversos pontos do país, logo nos primeiros meses que se seguiram à instauração da Regência. (p. 222-224).

Com a expectativa dos que comandavam a política imperial de que a Regência Una pudesse alcançar a pacificação e o progresso do país, foram

eleitos regentes: o padre Diogo de Feijó, que governou de 1835 a 1837 e Araújo de Lima, que ocupou o cargo de 1837 a 1840, quando se deu o Golpe da maioria de D. Pedro II.

A regência do padre Feijó coincide com o início de nova fase de intensa turbulência em várias partes do país. A liberdade alcançada pelas províncias com as medidas liberais recentemente aprovadas, as disputas políticas locais, o choque entre os interesses regionais e o governo central e as dificuldades econômicas da maioria da população, foram algumas das causas dos levantes que acabaram levando à união de representantes de segmentos da sociedade em torno do movimento conhecido como Regresso, cujo propósito era o restabelecimento da ordem. Seu surgimento provocou um racha no grupo moderado, que se dividiu em “*progressistas*, favoráveis à manutenção da autonomia provincial das assembleias e adeptos do governo Feijó, e *regressistas*, defensores de uma maior centralização para enfrentar e acabar com as rebeliões provinciais. Pouco a pouco, o grupo progressista acabou se convertendo no *Partido Liberal*, e os regressistas, [...] criaram o *Partido Conservador*”. (Vicentino e Dorigo, 1998, p. 183/184).

Enquanto o Partido Liberal “aglutinou a classe média urbana, clérigos e alguns proprietários rurais das novas áreas agrícolas, especialmente de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul”, no Partido Conservador teve “papel de destaque um setor emergente de grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense ligado à produção do café, o qual, a partir de 1831-1835, passou a ser o principal produto brasileiro de exportação, superando o açúcar e o algodão. Aliados a este setor, na coalizão, estavam a maioria dos magistrados, burocratas da Corte e outros grandes fazendeiros, sobretudo da Bahia e de Pernambuco, até então vinculados ao grupo moderado e, inclusive, restaurador”. (Basile, 1990, p. 237).

Entendendo que o restabelecimento da ordem passava pelo fortalecimento do poder, os regressistas pressionaram e conseguiram tirar o padre Feijó da Regência e eleger Araújo Lima, partidário e representante da tendência mais conservadora em atuação no Império. Outra grande vitória foi a aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional, de maio de 1840. Segundo Basile, “esta lei, mais do que meramente interpretar certos artigos do Ato Adicional que davam margem a confusões, na realidade modificava o sentido dos mesmos, de modo a reduzir os efeitos da descentralização. Para tanto, retirava o poder das Assembleias provinciais de modificar a natureza e as atribuições dos empregos públicos provinciais e municipais [...]; tais assembleias também não mais podiam suspender ou demitir sumariamente os magistrados, exceto em virtude de crime de responsabilidade; proibiam-se as províncias de legislarem sobre assuntos de polícia judiciária; e abria-se margem para que leis provinciais consideradas opostas à lei de Interpretação fossem revogadas pela Assembleia Geral”. (Basile, 1990, p. 237/238).

O domínio político dos conservadores através do Regresso fez com que os liberais também se organizassem no sentido de barrar a ação do movimento. Entendendo ser importante que o imperador detivesse o controle do poder, a oposição liberal não tardou a agir no sentido de obter a maioria de dom Pedro, então com catorze anos. Depois da criação do Clube da Maioridade, a aprovação pelo Senado de projeto nesse sentido garantiu a posse do imperador em 23 de julho de 1840, data do início do Segundo Reinado.

Para os estudiosos da Regência, as revoltas acontecidas no período regencial podem ser divididas em dois grandes grupos: “o primeiro seguiu-se imediatamente à abdicação de Pedro I e perdurou até 1835, um ano depois da morte deste príncipe e da promulgação do Ato Adicional. O segundo foi posterior ao Ato Adicional e só terminou no Segundo Reinado. O ciclo só se fechou em 1848 com a revolta da Praia em Pernambuco”. (Carvalho, 1988, p. 12).

Ceará, Pernambuco, Alagoas, Ouro Preto, Salvador, e a própria Corte (ver tabela),

foram o palco de alguns movimentos que constituíram o primeiro ciclo de revoltas do período regencial. Em sua maior parte, estavam identificadas aos exaltados, mas alguns tiveram uma feição restauradora, contando com ampla participação popular, aliada às tropas de primeira linha. Urbanas em sua maioria, e heterogêneas quanto às suas motivações, expressavam o protesto desses segmentos não só contra o governo moderado, mas também contra a carestia, a alta do custo de vida, a desvalorização e escassez da moeda, a invasão de moedas de cobre falsificadas, a forte presença portuguesa no comércio e na política, e, no caso dos militares, contra os maus tratos, o recrutamento forçado, o baixo valor dos soldos e o atraso em seu pagamento, a redução do efetivo militar e a transferência de guarnições para outras localidades. Por trás das disputas políticas e da crise econômica havia, portanto, nesses movimentos, um claro teor nativista, expresso nas freqüentes manifestações de antilusitanismo dos revoltosos, como nas repetidas exigências de deportação e de destituição de portugueses que ocupavam cargos públicos, de proibição da imigração lusitana, bem como nos gritos de mata marinheiros, nas violências físicas cometidas contra portugueses e nos saques, depredações e incêndios contra estabelecimentos portugueses. (Basile, 1990, p. 224).

Tabela 1

1831 – 1835	PRINCIPAIS REVOLTAS, 1831 – 1835		
	Duração	Localização	Principais participantes
1. Seis rebeliões	1831-32	Corte	Tropa e povo
2. Setembrizada	1831	Recife	Tropa
3. Novembrada	1831	Recife	Tropa
4. Abrilada	1832	Pernambuco	Tropa
5. Pinto Madeira	1831–32	Ceará	Tropa
6. Cabanos	1832-35	Pernambuco/ Alagoas	Pequenos proprietários, camponeses, Índios, escravos
7. Crise Federalista	1832-33	Salvador	Tropa
8. Sedição de Ouro Preto	1834-35	Ouro Preto	Tropa
9. Carneirada	1834-35	Recife	Tropa
10. Revolta dos Malês	1835	Salvador	Escravos

(Carvalho, 1988, p. 13)

Cabanos

Designação dada, na Amazônia, aos segmentos miseráveis da população, compostos sobretudo por índios aldeados e tapuios (indígenas destribalizados), negros e mestiços – que residiam em cabanas situadas à beira dos rios e igarapés. (Vainfas, 2002, p. 105).

Dentre as revoltas acontecidas nesse primeiro ciclo, duas costumam ser destacadas, “em virtude de suas características peculiares”, a revolta dos **Cabanos** e a Revolta dos Malês. Vejamos o que dizem sobre elas historiadores que tratam do período regencial, começando por Marcello Otávio Basile, autor de um dos textos que compõem a História Geral do Brasil, organizada por Maria Iedda Linhares.

A revolta dos Cabanos, na descrição de Basile, foi um

movimento restaurador, ocorrido entre 1832 e 1835, nas regiões da Zona da Mata pernambucana e do norte de Alagoas. Foi a primeira rebelião de âmbito rural e a de maior impacto e duração até então. Dela participaram pequenos proprietários de terra, camponeses, índios, escravos e senhores de engenho, contando, ainda, com o apoio de comerciantes portugueses de Recife e de políticos restauradores da Corte. Liderados por Vicente Ferreira de Paula, os Guerrilheiros do Imperador, como os chamou Décio Freitas, lutavam pela restauração de dom Pedro I e pela defesa da religião católica, que eles acreditavam estar ameaçada pelos carbonários jacobinos. Empreenderam durante

três anos uma guerrilha nas matas da região, sendo afinal derrotados (após a debandada dos senhores de engenho e de muitos cabanos serem convencidos pelo bispo de Olinda de que dom Pedro morrera e que seu filho era o legítimo imperador) pelas tropas a serviço de Paes de Andrade, que fora líder da Confederação do Equador e era agora presidente de província de Pernambuco. (p. 224)

Décio Freitas, citado no parágrafo acima, é autor de um livro sobre outra grande revolta do primeiro grupo de insurreições e que tem como título: *A revolução dos malês: insurreições escravas*. É dele o trecho que transcrevemos a seguir:

Deposto D. Pedro I, reacenderam-se as lutas intestinas da classe dirigente, numa sucessão de confrontos armados, motins militares, tumultos e conspirações. Seguramente, nenhuma outra província esteve mais convulsionada que a Bahia. [...] (Foi ali que) nasceu, a insurreição de 1835, conhecida como “Revolução dos Malês”. Porque essa designação singular para o movimento de 1835, em que, como nos imediatamente anteriores, o elemento primacial foram os nagôs?

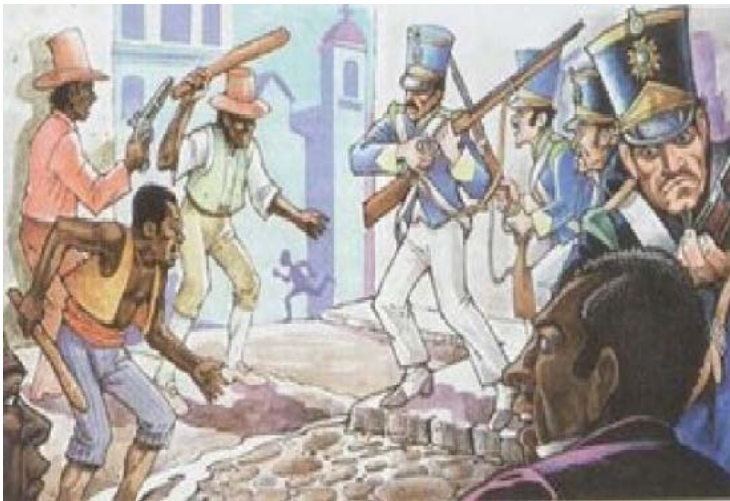
Na resposta à questão Freitas demonstra que, embora a propagação do islamismo na Bahia tenha sido obra dos tapas e dos ussás, “mesmo assim, continuou-se a empregar o termo malê para designar os adeptos do islamismo”. Diz mais:

na Bahia, o termo não tinha significação étnica [...]. Para os brancos em geral, “malê” era todo negro muçulmano, empregando-se tanto mais este termo porque ele revestia um cunho pejorativo. Dado o importante papel desempenhado pelos negros muçulmanos na insurreição de 1835, convencionou-se chamá-la de “Revolução dos Malês.

Que os negros muçulmanos tenham desempenhado um papel importante no movimento de 1835 parece fora de dúvida. Eram mais cultos que os outros – sabiam ler e escrever o árabe –, e possuíam a experiência das passadas lutas. O que não quer dizer que os participantes do movimento fossem exclusivamente, ou sequer predominantemente, muçulmanos [...]. O movimento contou com a participação de elementos de muitas outras “nações” [...]; a arregimentação dos insurretos se fez a nível político e não religioso [...]. Síntese das experiências adquiridas nas anteriores tentativas, a insurreição de 1835 revela quanto haviam amadurecido politicamente os escravos. Foi a primeira vez que conceberam um ataque frontal à estrutura do escravismo, visando à tomada do poder em Salvador e na Bahia. Nada teve de espontânea ou improvisada; pelo contrário, foi paciente e meticulosamente articulada por uma organização revolucionária fechada, operando segundo normas de rigorosa clandestinidade. [...].

Calcula-se em mil e quinhentos o número de membros desta organização revolucionária [...], os quais exerciam as mais diferentes profissões, porém havia um predomínio absoluto de carregadores de cadeirinhas. Isso se devia, talvez, a que seu trabalho era particularmente sacrificado e humilhante. Tinham, para a organização, a vantagem de se locomoverem muito através da cidade, o que lhes permitia servir como elementos de enlace e portadores de mensagens. É interessante enumerar as ocupações de outros membros da organização: acendedores de lampiões, alfaiates, cozinheiros, domésticos, marinheiros, remadores de saveiros, pedreiros, barbeiros, calafates, padeiros, pescadores, açougueiros, tanoeiros, ferreiros, carpinteiros, enroladores de tabaco, vendedores de tabaco, empregados de botequins, comerciantes, vendedores, ambulantes, vendedores de cal, vendedores de carvão e lenha, vendedores de comida e doces, peixeiros, lavadeiras.

A organização tinha núcleos em todas as freguesias urbanas [...], e as reuniões se realizavam de dia, a pretexto de comer e realizar “funções”. Eram muçulmanos, mas, na justiça, negaram isso, alegando como prova que não sabiam ler nem escrever. [...] Os insurretos vinham, havia muito, aprovisionando-se de armas de armas de fogo. Com dinheiro de uma “caixa” para a qual todos contribuía com parte dos seus ganhos, compravam bacamartes, garruchas, sabres e espadas. [...].



A Cabanagem. (Fonte: www.overmundo.com.br)

O plano militar consistia na divisão da cidade em cinco partes, de maneira que os insurretos se dividiriam também em cinco grupos. [...] O levantamento se daria ao romper da alvorada, hora em que os escravos costumavam sair das casas de seus senhores para buscar água nas fontes públicas. Dessa forma, poderiam reunir-se em grande número aos insurretos. [...] Nada há que indique o que pretendiam fazer os insurretos depois de tomada a cidade. A única coisa certa é que se propunham massacrar todos os “brancos e mulatos” e libertar os “negros”. O ódio

aos mulatos se devia a que estavam integrados no sistema, quer como senhores de engenho, quer como funcionários e militares, votando grande desprezo aos negros, às vezes maltratando-os mais que os próprios brancos. [...]

Foi escolhida para o levantamento a madrugada da noite de 24 para 25 de janeiro. [...] Na véspera, todas as providências haviam sido tomadas. Os diferentes grupos, armados e uniformizados, concentraram-se nos lugares preestabelecidos. (Freitas, 1985, p. 71-79).

A delação do movimento na noite de 24 desencadeou violenta reação das autoridades. Cerca de setenta escravos morreram durante o conflito, e

mais de quinhentos condenados a pena de morte (quatro foram executados), prisão, açoites e deportações.

Dissemos acima que as revoltas acontecidas no período regencial podem ser divididas em dois grandes grupos. Falamos sobre o primeiro, datado de 1831 a 1835, e que corresponde à fase da Regência Trina. Vamos prosseguir falando sobre os mais importantes movimentos acontecidos entre 1835 e 1848, período que engloba o governo da Regência Una e o início do Segundo Reinado. Começemos observando uma tabela das revoltas do segundo grupo, copiada do livro *Teatro de Sombras*, de

Tabela 2

Principais Revoltas – 1835/1848

1835-1848	Duração	Localização	Principais participantes
1. Cabanagem	1835-40	Pará	Camponeses, índios, escravos
2. Farroupilha	1835-45	R. G. do Sul	Estancieiros e charqueadores
3. Sabinada	1837-38	Salvador	Tropa e povo
4. Balaiada	1838-41	Maranhão	Proprietários, camponeses, escravos
5. Revolução Liberal	1842	São Paulo/Rio de Janeiro	Proprietários
6. Revolução Liberal	1842	Minas Gerais	Proprietários
7. Praieira	1848-49	Pernambuco	Proprietários

(Carvalho, 1988, p. 13)

Segundo Carvalho,

a segunda onda de revoltas teve caráter diverso da primeira. Descentralizado o poder através do Ato Adicional, o conflito também se descentralizou e se deslocou para o interior, para as áreas rurais e aí remexeu nas camadas profundas da fábrica social do país e revelou perigos muito mais graves tanto para a ordem pública como para a própria sobrevivência do país”.

De Norte a Sul do país eclodiram revoltas de proporções, durabilidade e impacto político-social muito maior do que as da primeira onda. A Cabanagem, no Pará, a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, a Sabinada, na Bahia, e a Balaiada, no Maranhão, marcaram este novo ciclo de revoltas.

Nesse grupo de revoltas rurais, marcadas por maior profundidade e violência que as do primeiro ciclo, a Cabanagem, ocorrida no Pará entre 1835 e 1840, representa o lado mais trágico, pelo elevado número de mortos. O fato de ter sido, no início, um conflito de classes, que depois se transformou em rebelião popular, aproxima-a da Balaiada, movimento que teve o Maranhão como palco, e que ocorreu no período de 1838 a 1841. Seus líderes foram:

um vaqueiro, cafuzo, Raimundo Gomes, um fazedor de balaios (o Balaio) e um negro líder de escravos fugidos (Dom Cosme) [...]. De caráter mais urbano, semelhante às revoltas da primeira onda, foi a Sabinada na Bahia.

Em algumas revoltas o conflito entre elites não transbordava para o povo. Tratava-se, em geral, de províncias em que era mais sólido o sistema da grande agricultura e da grande pecuária. Neste caso está a revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845. Em 1836 foi proclamada a República do Piratini. Briga de estancieiros e charqueadores com complicações internacionais, a Farroupilha não corria o risco de tornar-se guerra de pobres, de tornar-se perigo para a paz social. Era briga de brancos. (Carvalho, 1988, p. 15).

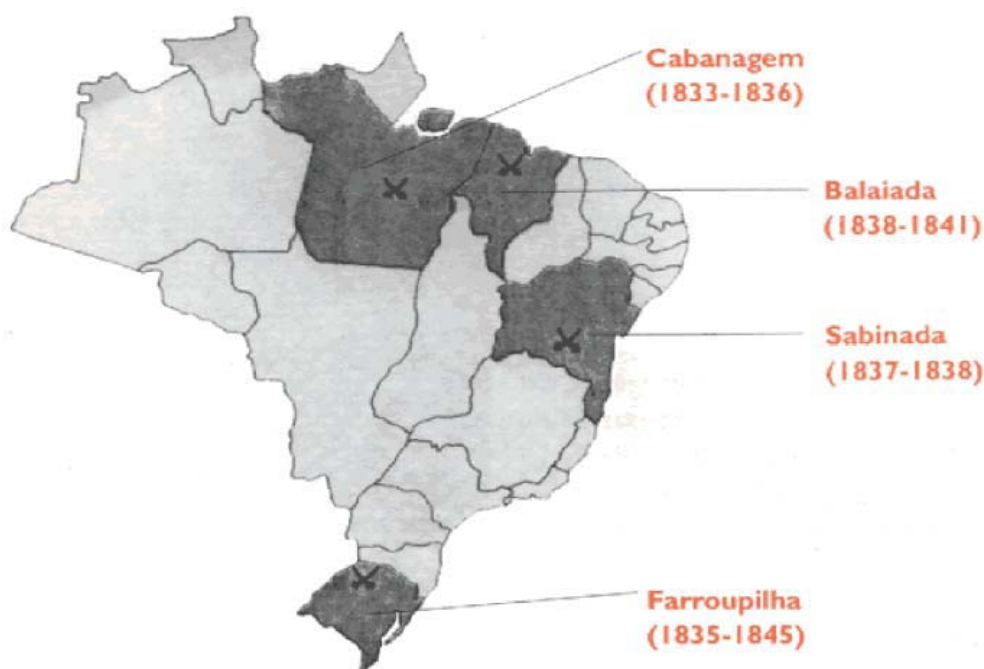
No seu estudo sobre o panorama político do Império brasileiro, Basile analisa as grandes revoltas provinciais e compara os quatro maiores movimentos, destacando neles a questão de classe, especialmente no que diz respeito aos escravos. É dele as seguintes conclusões:

A Cabanagem foi o mais notável movimento popular ocorrido durante o Império. Foi o único em que as camadas de baixa condição social (índios, caboclos e negros) conseguiram ocupar o governo em toda uma província durante um período de tempo relativamente extenso (nove meses). Todavia, os cabanos não possuíam qualquer programa de governo que definisse seus objetivos, e nem apresentaram um conjunto sistemático de exigências. Em suas proclamações transparece apenas o ódio a portugueses, estrangeiros e maçons, e a defesa da liberdade, da religião católica, do Pará e de Pedro II. Constituiu, assim, um movimento motivado pela insatisfação com as interferências do governo central, pela lusofobia exacerbada e pelo rancor contra os poderosos em geral, e impulsionado pela agitação sociopolítica da época e pelas liberdades que passaram a desfrutar as províncias (p. 232).

Diferentemente da Cabanagem, a Farroupilha foi um típico movimento de elite. Embora tenha contado com ampla participação popular, estiveram sempre estas camadas a serviço de ricos estancieiros e charqueadores, integrando as forças rebeldes comandadas por estes.

Curiosamente, todavia, os farroupilhas preocuparam-se com a sorte dos cativos que participaram da revolta, o mesmo não acontecendo com os cabanos. Ao contrário também destes, os farroupilhas apresentaram, desde o início, um conjunto claro de exigências que, não sendo consideradas, motivaram a eclosão e o prolongamento da guerra. E, ainda distintamente, os farroupilhas lograram alcançar seus principais objetivos. (p. 233)

A Sabinada foi uma revolta em moldes semelhantes aos levantamentos urbanos do povo e tropa do início do período regencial, só que em escala maior, com uma base social mais ampla (contando com a participação de muitos comerciantes) e com certas demandas novas ou mais sedimentadas, como o federalismo. Os sabinos combatiam ardorosamente a Regência e a centralização que esta impunha às províncias, não acreditando que o Ato Adicional tivesse alterado esta situação; para eles o que imperava era o colonialismo da Corte. Opunham-se também aos que chamavam de aristocratas, associados aos senhores de engenho do Recôncavo, pretendendo uma reforma social que os expurgasse, sem, contudo, precisarem em que esta consistiria. Curiosamente, o antilusitanismo, tão presente nos movimentos anteriores e ainda mais exacerbado na Bahia, não constituiu um dos traços marcantes da Sabinada, talvez porque, desta vez, os portugueses tenham se retraído. Os escravos também foram pouco aproveitados na revolta (embora um batalhão de negros tenha sido formado), o que certamente se deve às lembranças funestas do levante malê. (p. 234).



Rebeliões no Período Regencial

Como a Cabanagem, a Balaiada foi uma revolta não só de ampla participação popular (vaqueiros, cesteiros, pequenos proprietários, agregados, libertos e escravos), mas também cujos principais líderes advinham desses mesmos estratos sociais. Apesar disto, os revoltosos maranhenses, assim como os paraenses, não chegaram a pregar transformações profundas na ordem econômica e social, limitando-se, aqueles primeiros, à assumirem reivindicações políticas já antes postuladas pela facção bem-te-vi, acrescidas do tradicional conteúdo antilusitano. Ao contrário dos cabanos do Pará, porém, os balaios não conseguiram conquistar o governo provincial, constituindo um movimento essencialmente rural, e praticamente isolado dos liberais urbanos que haviam fomentado o clima de revolta”. (p. 236).

A Cabanagem (1835–1840)

A mais trágica (revolta) foi sem dúvida a Cabanagem no Pará entre 1835 e 1840. Iniciada como conflito entre facções da elite local, fugiu aos poucos ao controle e tornou-se uma rebelião popular. A capital, Belém, foi tomada em 1835 pelos rebeldes, compostos de índios e pretos, em luta de casa a casa. Em torno de 180 brancos foram mortos na luta, os restantes, cerca de nove mil, refugiaram-se, junto com o presidente da província, em navios de guerra portugueses e ingleses. Foi proclamada a independência do Pará. A luta, agora sob o comando de Eduardo Angelim, um cearense de 21 anos e talvez o mais extraordinário líder popular da época, espalhou-se pela província e pelo rio Amazonas acima até Manaus. Forçado a deixar Belém com seus 5 mil homens, devido ao bloqueio naval da cidade, Angelim transformou a luta em guerra de guerrilha, em que a ferocidade campeava dos dois lados. O novo presidente, general Andreia, prendeu em massa, mandou fuzilar na hora os que resistissem, militarizou a província, obrigou todos os não proprietários a se alistarem em corpos de trabalhadores. Governistas passeavam pela cidade com rosários de orelhas de cabanos ao pescoço. Os últimos rebeldes renderam-se após a anistia de 1840. Calculou-se em 30 mil o número de mortos, divididos entre governistas e rebeldes em proporções mais ou menos iguais. Tal número equivalia a 20% da população da província. Jamais na história brasileira se repetiria carnificina tão vasta” (Carvalho, 1988, p. 14/15).

A Guerra dos Farrapos (1835-1845)

Causas econômicas, políticas e ideológicas levaram os gaúchos a pegar em armas para tentar separar-se do Império, naquela que ficou conhecida como Guerra dos Farrapos por causa dos precários trajés dos rebeldes.

Pesados impostos oneravam os produtos gaúchos vendidos em outras províncias: charque, couro, muares (tropas de burros). Tais impostos diminuía a capacidade de concorrência com mercadorias uruguaias,

argentinas e paraguaias. Além disso, às vezes, os impostos eram cobrados no lugar de venda, ou seja, beneficiavam outras províncias. O cenário político na província estava dividido entre os farroupilhas, que queriam mudanças e autonomia, e os chimangos, favoráveis à situação. Na região havia também forte influência das idéias republicanas, já que os gaúchos eram vizinhos das jovens repúblicas do Prata: Uruguai, Argentina e Paraguai.

A revolta começou quando um grupo liderado pelo farroupilha Bento Gonçalves exigiu a renúncia do presidente da província. A cidade de Porto Alegre foi ocupada e a Assembléia teve de nomear novo presidente. Em 1836, os revoltosos proclamaram a República Rio-Grandense, com sede em Piratini. Três anos depois, em 1839, conquistaram Laguna, em Santa Catarina, onde proclamaram a República Juliana (era mês de Julho).

Para a conquista de Santa Catarina, os gaúchos contaram com a decisiva colaboração do italiano Giuseppe Garibaldi, que se destacaria mais tarde na luta pela unificação da Itália [...].

Somente em 1845, já no reinado de dom Pedro, a paz voltaria a reinar na região. O movimento foi sufocado por Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, que já havia atuado em outros conflitos regionais. Lima e Silva foi nomeado presidente da província em 1842 e fez ofertas irrecusáveis aos farroupilhas: anistia para todos, incorporação dos oficiais revoltosos ao Exército imperial no mesmo posto, devolução de toda propriedade ocupada ou confiscada durante a guerra, libertação dos escravos que haviam lutado ao lado dos rebeldes. Com uma duração de dez anos, a Guerra dos Farrapos, ou Rebelião Farroupilha, foi a mais longa guerra civil da nossa história. (Arruda e Piletti, 1999, p. 285/286).

A Sabinada (1837-1838)

A Sabinada foi o momento culminante de vários movimentos rebeldes na Bahia contra a política imposta pelas regências. Um desses movimentos foi a revolta dos escravos malês em 1835. O principal líder da Sabinada foi o médico e jornalista Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira (daí o nome da revolta). A rebelião começou em novembro de 1837, com a sublevação das tropas e a fuga do governador.

Os rebeldes formaram seu próprio governo e divulgaram um programa em que defendiam a proclamação da República Baiense, a separação da província até a maioria de dom Pedro e a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Apesar desse programa moderado, a repressão das forças do governo central se abateu sobre os revoltosos com requintes de crueldade. Os soldados imperiais chagaram a incendiar as casas e a lançar prisioneiros vivos no fogo. Houve cerca de 600 mortos entre os legalistas e pouco mais de 1 000 entre os rebeldes. (Arruda e Piletti, 1999, p. 286).

A Balaiada (1838-1841)

“No início do século XIX, quase a metade dos 200 mil maranhenses eram escravos. Grande parte do restante compunha-se de sertanejos miseráveis. Proprietários rurais e comerciantes controlavam o poder. A insatisfação social era antiga. Aumentou ainda mais quando os políticos conservadores tentaram aumentar os poderes dos prefeitos, causando protestos entre os liberais. A insatisfação popular transformou-se então em revolta e a revolta em movimento capaz de mobilizar os setores marginalizados da população.

O movimento revoltoso passou a exigir a demissão dos portugueses incrustados no Exército e na administração. Recebeu o nome de Balaiada porque um de seus líderes se chamava Manuel Balaio. Vivia ele de fazer balaios, como milhares de artesãos que o seguiram.

A rebelião começou em 1838, quando um grupo liderado pelo vaqueiro Raimundo Gomes, o Cara Preta, tomou de assalto uma cadeia. A esse ataque seguiram-se outras ações armadas promovidas por Manuel Balaio e seus homens. Algumas fazendas foram atacadas. Escravos aproveitaram-se da confusão para fugir e formar quilombos. Um deles chegou a reunir cerca de 3 mil escravos comandados pelo preto Cosme.

Os rebeldes recebiam apoio político dos liberais, apelidados de bem-te-vis. Estes usavam o movimento popular para tentar a conquista do poder. Numa importante vitória, os balaios tomaram a vila de Caxias em 1839. No ano seguinte, o governo central nomeou presidente da província o coronel Luís Alves de Lima e Silva.

A anistia decretada em agosto de 1840 provocou a rendição imediata de cerca de 2 500 balaios. Quem resistiu foi derrotado a seguir. Raimundo Gomes, o Cara Preta, entregou-se. Enviado preso para São Paulo, morreu no caminho. Cosme, chefe de um quilombo, não se entregou. Caçado sem trégua, foi preso e enforcado. Rebelião das camadas pobres, a Balaiada foi expressão da resistência popular contra as desigualdades e injustiças da sociedade escravista”. (Arruda e Piletti, 1999, p. 287).

O Brasil já vivia o II Reinado quando aconteceram duas revoluções liberais e a Praieira, assim apresentadas por José Murilo de Carvalho:

Brigas de brancos foram também as revoltas de 1842 em São Paulo e em Minas Gerais. Já reação às medidas centralizadoras do segundo Reinado, envolveram os mais ricos proprietários das duas províncias e também da província do Rio de Janeiro, o pólo da economia cafeeira que começava a dominar a pauta de exportação. Alguns dos principais líderes liberais também se envolveram nas duas revoltas. Na província do Rio de Janeiro, o principal chefe rebelde foi Joaquim José de Souza Breves, o maior cafeeiro do país, proprietário de uns 6 mil escravos, dono de umas 30 fazendas. Dele se dizia que produzia

de 100 a 200 mil arrobas de café por ano, além de ser um renitente contrabandista de escravos. (Carvalho, 1988, p. 15/16).

A Revolução Praieira aconteceu em Pernambuco, província de forte tradição revolucionária. Ali,

por volta de 1844, o descontentamento havia se generalizado entre as camadas média e baixa da população. O alvo dessa insatisfação era a dominação das famílias oligárquicas, que monopolizavam o poder e a propriedade das terras, e o controle do comércio, exercido pelos portugueses.

Sediado na rua da Praia (daí o nome do movimento), no Recife, o jornal *Diário Novo*, de tendência liberal, era o foco desse descontentamento. Em torno dele organizaram-se as correntes de oposição à situação dominante. Os praieiros defendiam um programa avançado: voto livre e universal; liberdade de imprensa; extinção do poder Moderador; garantia de trabalho; nacionalização do comércio, que estava nas mãos dos portugueses; reformas econômicas e sociais. Em outubro de 1847, foi nomeado para a presidência da província um político conservador de Minas Gerais, com a missão de sufocar as manifestações de descontentamento. Indignados com a medida, os praieiros tomaram as armas em Olinda a 7 de novembro. Rapidamente, a rebelião se estendeu para o interior, mobilizando boiadeiros, pequenos arrendatários, negros e mulatos, sob a liderança de Pedro Ivo. Dois meses mais tarde, sem obter ajuda de outras províncias, Pedro Ivo depôs as armas e a rebelião chegou ao fim. Em 1851, o governo anistiou os líderes revolucionários presos”. (Arruda e Piletti, 1999, p. 290).

Transcritos da *História Documental do Brasil*, o trecho de um artigo publicado no jornal *A Voz do Brasil*, em 29 de janeiro de 1848, e parte de um *Manifesto ao Povo*, datado de 07 de junho do mesmo ano, revelam o sentimento de revolta contra a majoritária presença de estrangeiros /portugueses na economia, motivo principal da revolução:

Jornal *A Voz do Brasil*

Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco, e todas elas de estrangeiros: assim – lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçado, funileiros, tanoeiros e tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 e 4 caixeiros todos portugueses; calculemos porém a dois e teremos doze mil caixeiros todos portugueses que nos excluem do comércio. Os fundos com que eles comerciam são nominais, que eles todas as compras fazem aos negociantes de grosso trato a prazos. Se pois

esse direito fosse exclusivo dos brasileiros, direito que se guarda religiosamente nas outras nações, não estariam acomodados dezoito mil pernambucanos?

Manifesto ao Povo

Vinte e seis anos fazem que o Brasil é independente, e no entanto o povo tem continuado a ser esmagado pela influência estrangeira: tem-se sucedido diversos Ministérios e legislaturas, houve a reforma da Constituição, promulgaram-se centenas de leis, e o estrangeiro continuou e continua ainda em seu predomínio feroz, em sua conquista bárbara. Não satisfeito em haver transportado para a Europa todo o nosso ouro, ele invadiu o nosso comércio de uma maneira espantosa; e, como se isto não fosse bastante para saciar sua avareza, ele trata de apropriar-se de todos os ramos da indústria brasileira. Já não há artista nacional que possa viver de seu trabalho, porque o estrangeiro ambicioso lhe tem roubado todos os meios honestos de uma subsistência lícita; e, não satisfeito com tudo isto, ele tenta contra a vida dos filhos do Brasil, em seu mesmo país, como ontem acontecera nesta mesma cidade [...]

Um estado tão desonroso e aviltante como este não pode ser mais tolerado pelo povo, e portanto, ele se apresenta perante vós, encorajado pela consciência de seu direito, pedindo-vos que o salveis da dominação estrangeira, fazendo passar uma lei que garanta aos nacionais unicamente o comércio a retalho, bem como o direito de serem caixeiros, e o exercício dos diferentes ramos, e indústria brasileira dentro da província...

Se não for atendido, o povo protesta usar dos meios que a sua razão lhe sugerir.” (Castro, 1968, p. 173-174)

CONCLUSÃO

O período de transição entre a abdicação de D. Pedro I (1831) e a maioridade de D. Pedro II, o chamado período regencial, foi marcado por intensa turbulência. O vazio de poder, as disputas regionais, o choque entre o governo central e os poderes locais, a entrada em cena de grupos de marginalizados, dentre outros, acabaram levando à eclosão de revoltas em diferentes províncias.

Mas foi nesse ambiente marcado pela instabilidade política, por disputas e divergências de diversas ordens, que os grupos ou facções começaram a ganhar o contorno dos primeiros partidos políticos que aturam no país.

RESUMO

Após a abdicação de dom Pedro I em 1831, e seu retorno para Portugal, o Brasil ficou com uma promessa de monarca, uma criança de apenas cinco anos, que só poderia assumir o poder ao completar os dezoito, conforme rezava a Constituição, e uma série de dificuldades que passavam pelas disputas regionais, pelas desigualdades sociais e pela inexistência de um grupo político com expressividade econômica para assumir a liderança nacional.

Governado primeiramente por uma Regência Trina, o Brasil começou a ser sacudido por diversos levantes, enquanto no plano político predominava a disputa entre os que defendiam a centralização do poder e os que advogavam a autonomia das províncias. A vitória inicial da tendência descentralizadora e a sequência de revoltas provinciais, algumas com grande participação de camadas populares, alertaram as lideranças políticas para o risco de rompimento da ordem social e da unidade nacional.

Sob intensa movimentação das lideranças políticas em torno das primeiras formas de organização partidária e com o poder controlado por maioria conservadora, avança a tendência centralizadora. Restou à oposição liberal agir no sentido de antecipar a maioridade de Dom Pedro, tornando-o imperador no ano de 1840, meses antes de completar os quinze anos de idade. Terminava, assim, o período de nove anos da história do Brasil, conhecido como período regencial.

**ATIVIDADES**

1. Comente as medidas adotadas pela regência com vistas à descentralização do poder.
2. Indique a composição dos grupos que, na Regência, começaram a atuar como partidos políticos.
3. Faça um sumário dos principais movimentos da segunda onda de revoltas.



REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda de (org.). **História Geral do Brasil** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- CASTRO, Paulo Pereira de. **A “experiência republicana”, 1831 – 1840**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 2. São Paulo: DIFEL, 1978. Tomo II.
- CASTRO, Therezinha de. **História Documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- COSTA, César Amad ; MELLO, Leonel Itaussu A. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2008.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. – 2 ed. – São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- FREITAS, Décio. **A Revolução dos Malês: insurreições escravas**. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. V. 2. São Paulo: DIFEL, 1978.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda de (org.). **História Geral do Brasil** – 9 ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VICENTINO, Cláudio; DOTIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.